

[Início](#) > [Justiça](#)

OBRAS

TCE/MS cobra explicações sobre obras viárias e corredores de ônibus em Campo Grande

O Tribunal de Contas estabeleceu prazo de 10 dias úteis, a partir da ciência da intimação, para que o Executivo Municipal apresente os esclarecimentos solicitados pela relatoria



lury de Oliveira

09/03/2026 16:10 09/03/2026 16:53 Leitura: 2 Minutos



Compartilhar



Campo Grande TCE/MS cobra explicações sobre obras viárias



1.0x



Obra viária em andamento em Campo Grande ilustrando cobrança do TCE sobre intervenções de mobilidade urbana e infraestrutura - (Foto: Arquivo)

As obras viárias e de mobilidade urbana em Campo Grande entraram na mira do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul. O conselheiro Osmar Domingues Jeronymo enviou ofícios à prefeita Adriane Lopes pedindo uma prestação de contas detalhada sobre intervenções em andamento na Capital, com foco em serviços da Avenida Norte Sul e nos corredores de ônibus ligados ao plano de mobilidade urbana.



Nos documentos, datados de 5 de março, o relator quer esclarecimentos sobre obras de infraestrutura, contenção de erosão, drenagem, recapeamento, extensão de vias, pavimentação, implantação de ciclovias e revitalização do córrego Anhanduí/Ernesto Geisel. O TCE também quer saber de onde saíram os recursos usados nessas frentes, se de verbas municipais, estaduais ou federais, além da lista de contratos e convênios que seguem em vigor para execução dos serviços.

Notícias Relacionadas

JUSTIÇA

Comarca de Ribas abre seleção de estágio em Direito com inscrições até 31 de março

JUSTIÇA

Comarca de Amambai abre seleção de estágio para Direito e Serviço Social

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Osmar Domingues Jeronymo (Foto: Mary Vasques)

Em outro pedido, o conselheiro solicitou informações sobre os recursos municipais usados como contrapartida na implantação dos corredores de ônibus em Campo Grande. Essas obras fazem parte do plano de mobilidade urbana do município e são financiadas pelo governo federal por meio do Programa Avançar Cidades. O pacote inclui intervenções de infraestrutura, construção de estações de embarque e desembarque, implantação de sinalização vertical, horizontal e semafórica, além de reformas ligadas ao sistema de transporte coletivo.

A prefeitura terá 10 dias úteis a partir da ciência da intimação para enviar os esclarecimentos pedidos pela relatoria. Na prática, o Tribunal quer abrir a planilha dessas obras consideradas estruturantes para a cidade e entender como o dinheiro público está sendo aplicado em projetos que impactam diretamente o trânsito, o transporte coletivo e a infraestrutura urbana de Campo Grande.

Assuntos

Justiça